MOVIMENTOS PELA CIDADE: MORADIA É DIGNIDADE

Bruna da Silva Barros

Mariani Goulart Cardoso

Paula Roman Andreis

1. INTRODUÇÃO

Na cidade de São Paulo, capital do estado de São Paulo, o problema da habitação nasceu da crescente migração, tanto de estrangeiros como de brasileiros de outros estados, que buscavam melhores condições de vida na capital cafeeira do século XIX - esta, que começava a sua industrialização e era vista como a cidade de oportunidades para os trabalhadores.

O processo de crescimento urbano a partir daí se estabeleceu sem que houvesse a estrutura necessária para suportá-lo. Ao invés do que os imigrantes esperavam, a falta de emprego gerou enormes dificuldades para a população, com grande número de pessoas vivendo precariamente, sobrevivendo à exploração e aos baixos salários nas indústrias, péssimas condições de moradia em virtude do crescimento de cortiços nos bairros operários - onde pequenos quartos destinavam-se a numerosas famílias -, bem como problemas com o transporte, o abastecimento de água e a falta de saneamento básico que levava à proliferação de doenças.

Na atual São Paulo do século XXI, esses problemas citados anteriormente ainda persistem. Moradores de rua e os habitantes de favelas, em sua maioria, não possuem condições financeiras de pagar o alto aluguel dos centros, deixando em dúvida o interesse do Estado em melhorar as condições da cidade e fazer o uso adequado do solo. Segundo Raquel Rolnik (*jornal O Estado de S. Paulo, em 18/10/09*), "Ninguém decide morar numa favela porque quer. A favela é o que mercado imobiliário disponibiliza para quem tem pouca renda, em geral em áreas que o mercado formal não pode ou não quer ocupar."

O direito à moradia digna está propagado na Constituição Federal de 1988, por advento da Emenda Constitucional nº 26/00, em seu artigo 6º, *caput*: "Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. "

É perceptível que os direitos sancionados pela lei não estão garantidos pelo Estado. O número de moradores de rua na cidade só aumenta e medidas de prevenção como projetos habitacionais e sociais não são tomadas de forma eficiente a minimizar esse impacto. Como exemplo de política habitacional, temos o Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009, programa do Governo Federal operacionalizado pela CAIXA que propicia a aquisição de uma casa própria para famílias com renda de até R$ 1600,00 e facilita o acesso à imóveis para famílias com renda de até R$ 5000,00. Teoricamente, o número de pessoas sem residência deveria ter diminuído, mas segundo pesquisa feita em 2015, pelo jornal Folha de São Paulo, o número de moradores de rua da cidade de São Paulo entre os anos de 2000 a 2015 cresceu 82%, chegando a 15.905 pessoas sem teto. A política urbana brasileira está à mercê das grandes construtoras, que com acesso maior ao crédito (um dos pilares do lulismo), puderam adquirir muitas terras e fazer o que bem entendessem com elas, inclusive remodelar a paisagem urbana de algumas regiões. Com a mudança da paisagem, os preços do alugueis subiram e muitas pessoas não conseguiram mais pagar pelo lugar que moravam.

Alguns movimentos de luta por habitação vêm apontando caminhos para o problema. Articulados e organizados, movimentos como MSTC (Movimento Sem Teto do Centro) e o FLM (Frente de Luta por Moradia) lutam por uma reforma urbana justa. Mapeiam e ocupam prédios comerciais fechados e abandonados no centro da cidade, sendo para eles a melhor forma de denunciar os latifúndios urbanos e edificações vazias a espera de valorização, que poderiam hoje se tornar a moradia ideal para moradores de rua, favelas e cortiços.

Apesar da articulação dos grupos com o governo do Estado, através da UMM (União dos Movimentos de Moradia), a regularização das novas moradias nos prédios ocupados é um processo difícil.

O presente ensaio tem por objetivo aprofundar os assuntos sobre os movimentos sociais de luta por moradia no centro de São Paulo, bem como suas formas de ação, organização, articulação e seus obstáculos dentro da sociedade, sendo esses, relacionados à aceitação desses grupos

tanto pelo Estado quanto pela parcela "privilegiada" da população. Neste contexto nos utilizaremos de documentários, artigos e livros de autores como Raquel Rolnik e David Harvey que trabalham a questão da cidade e da sua utilização.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Segundo a arquiteta e urbanista Regina Fátima Cordeiro Fonseca Ferreira (2012, p. 01), " A partir da década de 1980, com as políticas neoliberais crescentes no Brasil, começou a se agravar a crise habitacional, decorrente do desemprego em massa. " A população que não possuía recursos para a compra ou aluguel de moradia passou a ocupar áreas inadequadas para habitação, iniciando assim um processo de luta pelo acesso à moradia adequada, serviços e equipamentos urbanos, e pelo acesso à cidade.

O conceito de movimento social segundo Gohn (1995, p.44) é:

> São ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

A intensa movimentação de pessoas por uma mesma causa, gera uma conexão e dessa surgem os movimentos sociais. Inicialmente os Movimentos Sociais por Moradia estavam aliados à outras organizações sociais, como por exemplo as universidades e sindicatos, ampliando assim a luta por direito à moradia para o direito à cidade.

O direito à cidade foi concebido primeiramente por Henri Lefevbre, em 1968 no seu livro O Direito à Cidade, nele o autor critica as relações e o modo como a cidade é "produzida" a partir do capitalismo excludente. Ele assim a define (2010, p. 139):

> [...] o *direito à cidade* (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o *uso* pleno e inteiro desses momentos e locais etc.). A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) e por conseguinte se inscrevem nas perspectivas da revolução sob a hegemonia da classe operária.

A partir desta ampliação, surge uma rede de reforma urbana ligada ao Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU). Esta fez parte de conquistas como, em 2000, a inclusão do direito à moradia como um direito social fundamental na Constituição Federal do Brasil e também, a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001.

Apesar destas conquistas importantes, a realidade urbana não se modificou completamente, pois continua marcada pela segregação socioespacial.

Os movimentos mais atuantes no Brasil nos últimos anos são o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e os movimentos em defesa dos índios, negros e das mulheres.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS EM SÃO PAULO

Com expansão do setor imobiliário, o centro de São Paulo tornou-se um local caro tanto para manter os imóveis como para novos investimentos. Logo, muitos prédios ficam abandonados, tornando o centro um ambiente ocioso, com muitos edifícios sem cumprir sua função social.

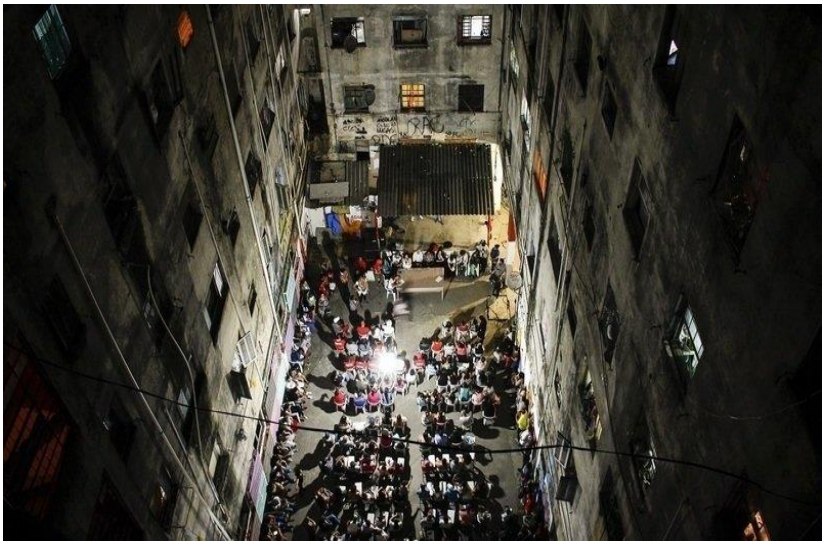
> Excepcionalmente localizados em tecidos urbanos aonde a urbanidade é uma mercadoria de luxo, estes

> territórios ocupam em geral áreas dotadas de infraestrutura básica (redes de água / esgoto / drenagem, sistema viário implantado com ruas, calçadas, bibliotecas públicas, praças e equipamentos como escolas, bibliotecas, etc) e, em geral, com ampla acessibilidade por transporte coletivo. Daí decorre um enorme paradoxo que marca nossas cidades - ao mesmo tempo em que temos uma vasta porção da cidade constituída por assentamentos precários que demandam urbanização e regularização e os números do déficit habitacional nos assombram (segundo os estudos da Fundação João Pinheiro a partir do censo IBGE são 15 milhões de domicílios a urbanizar e 7 milhões é o déficit de novas moradias), existem hoje quase 5 milhões de domicílios e apartamentos vagos. Em Recife e no Rio de Janeiro os imóveis vagos chegam a 18% do total de domicílios da área urbana. Só na cidade de São Paulo são 400 mil domicílios urbanos vagos, a maioria situada em áreas consolidadas e centrais. *(ROLNIK.* Publicado no caderno Aliás, do jornal O Estado de S. Paulo. Página J6, em 16 de abril de 2006.)

Nesse contexto surgem mobilizações de ocupação desses prédios pelos movimentos de moradia. Um dos movimentos analisados é o MMC (Movimento de Moradia do Centro), que "surge em 1984, através da mobilização de um grupo de moradores de cortiços contra as taxas de alugueis abusivas. Com o despejo de algumas pessoas que moravam nos cortiços, o movimento se oficializou com a liderança de Luíz Gonzaga da Silva." (Documentário : MMC Movimento de Moradia do Centro - Cartografia dos direitos humanos de São Paulo, 28/10/2014)

Além desse, outros movimentos se fazem presente no centro paulistano, como por exemplo: FLM (Frente de Luta por Moradia), coletivo de luta por moradia comprometidos com a implantação de políticas sociais destinadas à população de baixa renda; MDM (Movimento pelo Direito à Moradia), que luta pela moradia e também pela educação de qualidade para todos, pelo saneamento básico de qualidade, por uma saúde pública e pelo acesso à cultura, lazer e transporte público, como forma de melhorar as condições de vida do povo; MMPT (Movimento Moradia Para Todos), que tem

como objetivo exigir do governo propostas habitacionais para a população de baixa renda de São Paulo que tem o direito de pagar a moradia em proporção ao salário que ganha.



Fotografia 1 - Reunião do FLM dentro da Ocupação Mauá

Alguns dos prédios ocupados e mais conhecidos hoje em São Paulo são o Edifício Prestes Maia, ocupação Mauá, Hotel Cambridge e a antiga sede do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Muitos desses prédios já sofreram ações de despejo. Segundo site da FLM, em 2014, chegou a 24 o número de prédios ocupados pelo movimento no centro de São Paulo.

Fotografia 2 - Vista do edifício Prestes Maia, que abriga 400 famílias a mais de 6 anos, repartidas entre os 22 andares dessa antiga fábrica têxtil.

Fonte: VICTOR MORIYAMA, EL PAÍS, 10/02/2016

Todos os movimentos citados trabalham de forma conjunta, priorizando a população de baixa renda e articulando de forma organizada com seus respectivos líderes e militantes.

Fotografia 3 - Integrantes da Frente de Luta por Moradia ocupam a rua Álvaro de Carvalho, antigo INSS, no centro de São Paulo. (01/11/2016)
Fonte: Rovena Rosa - Agência Brasil
Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-10/movimento-de-moradia-ocupa-predios-em-SP-em-protesto-contra-perda-de-direitos

4 COMO OS MOVIMENTOS SOCIAIS SE ARTICULAM, ORGANIZAM E DEFINEM OS LUGARES A SEREM OCUPADOS.

Os movimentos sociais do centro conduzem sua articulação com base na ideia de que esses imóveis ociosos do centro de São Paulo, poderiam cumprir sua função social caso servissem de moradia a milhares de pessoas que moram em cortiços, favelas e nas ruas.

O principal objetivo dos movimentos é organizar o maior número de trabalhadores de baixa renda para que juntos consigam ser inseridas nos diversos programas habitacionais, pagando por uma moradia digna, dentro da sua condição salarial e que estas estejam inseridas nos grandes centros, pois a proximidade com o trabalho e os serviços facilitaria e muito seu rendimento profissional e diminuiria custos de deslocamento. Segundo documentários feitos pelos próprios movimentos sociais e disponíveis em sites na internet, eles realizam ações em conjunto ou

isoladas utilizando da mídia para transferir à população suas questões e chamar a atenção do estado.

Ao efetuarem alguma ocupação de imóvel, os militantes traçam estratégias, escolhem prédios com IPTU atrasado, embargados ou que já estão sob posse da prefeitura e ainda não possuem uma função social. A grande maioria deles está em péssimas condições, com infestações de animais, sem limpeza, sem luz e água.

> A primeira noite em uma ocupação nós nos organizamos no coletivo, a gente procura entrar e acalmar as famílias, todo mundo procurar se acomodar. Aí na parte da manhã, a gente começa com várias tarefas né: tarefas de cozinha, tarefas de limpeza, portaria, manutenção. E aí a gente vai convivendo. É melhor que estar pagando aluguel. (CARMEN DA SILVA FERREIRA, Coordenadora do MSTC para *Documentário sobre o movimento de sem tetos em São Paulo*, 2010, disponível em YouTube.)

Esses prédios são invadidos durante a madrugada e sem aviso prévio. Logo após a conquista do prédio as pessoas são distribuídas pelos andares de acordo com as necessidades. As redes elétricas e de água são ligadas novamente por membros do movimento.

Os militantes que fazem parte da luta viram nos movimentos uma forma de viver dignamente. Muitos moravam na rua e ou em favelas, em condições de miséria absoluta. Os que moravam em apartamentos no centro, não possuíam condições de pagar e com o tempo se mudavam para barracos nas favelas ou até mesmo para as ruas.

> Eu morei no aluguel um bom tempo em São Paulo antes de ir para a favela. Você não sonha quando você mora de aluguel. Você só sonha em chegar no fim do mês, receber o seu salário, pagar o aluguel e comer. O que que você vai comer? Tem gente que chega aqui (ocupações) e não tem nada, nem um fogão, uma cama para dormir. Conforme vai passando o tempo, que vai sobrando o dinheiro do pagamento deles, já vão começando a comprar as coisas. É esperança (...). Então conforme você vai economizando o dinheiro do

> aluguel, vai sobrando dinheiro para comprar as coisas básicas que a família precisa. (RAQUEL GUIMARÃES DUTRA, Coordenadora do ASTC-SP para *Documentário sobre o movimento de sem tetos em São Paulo*, 2010, disponível em YouTube.)

Dentro das ocupações já devidamente instaladas, os líderes do movimento começam a organização e estabelecem regras dentro da mesma, o que facilita tanto a identificação das pessoas que entram e saem dela, a limpeza, segurança e o bem-estar das pessoas que ali vivem.

Outro ponto importante é o respeito e a ordem, que auxilia na questão vizinhança. Muitas pessoas que não fazem parte dos movimentos e que moram em edifícios próximos às ocupações, tendem a fazer um pré-julgamento errado das pessoas que vivem ali, entendendo que são pessoas de má índole, baderneiros, quando na verdade, são famílias que buscam por um lugar digno para viver. Assim a organização e o respeito imposto pelas lideranças facilitam o aceitamento dessas pessoas que os cercam.

Porém, esses prédios ocupados não significam uma moradia definitiva para essas famílias. A maior parte das ocupações acaba em violentas reintegrações contando com a força policial durante o processo e a falta de conversa com o judiciário.

O advogado, Thiago Santos do Nascimento explica ao site Brasil de Fato, que no pedido de reintegração de posse para imóveis ocupados há menos de um ano, o juiz pode conceder liminar em 15 dias, apenas com a petição inicial. Thiago critica o fato de que, muitas vezes, os ocupantes não são ouvidos e não podem dizer, por exemplo, que utilizam o imóvel há mais de um ano - situação que geraria um processo longo com audiências, sentença e apelação.

Até o fim de 2015, 50 reintegrações de posse deveriam ser cumpridas, no centro de São Paulo, com o despejo de 22 mil pessoas, segundo levantamento do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos - organização não governamental (ONG) voltada ao direito à moradia.

Mesmo com o uso da violência por parte dos policiais que realizam a ação de despejo, muitos moradores resistem e permanecem nas ocupações por não terem outra alternativa e até mesmo pelo estado não realocar essas pessoas que são retiradas.

Maria Clara Silva, uma das coordenadoras do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, (Brasil de Fato, 26/06/2017)

> “Nós estamos continuando a luta. Nós vamos lutar para resistir e não deixar morrer nosso projeto, que é do direito à habitação, direito à cidade, direito à terra para plantar, direito à terra pra morar. Nós temos direito, não pedimos favor nem esmola, estamos pedindo um direito, respeito para o ser humano. Isso nós não vamos esquecer e não vamos abaixar a crista para ninguém.”

5. MOVIMENTOS SOCIAIS E A ESFERA PÚBLICA

A relação entre os movimentos sociais e o Estado é antiga e vem se modificando com o tempo. Em algumas situações os movimentos são vistos como oposição e outras, como aliados desse Estado.

Os movimentos de cunho social que foram reprimidos na época da ditadura militar, (como exemplo as perseguições às Ligas Camponesas) ressurgem com o processo de redemocratização do país em 1980 e passam a ser tolerados, mas sem participação nos governos de 1995 a 2002. Nessa época com a eleição de um governo de esquerda os movimentos sociais conseguem espaço para que seus ideais sejam ouvidos.

Apesar do envolvimento do Estado em solucionar os problemas habitacionais, esse vem estimulando o setor imobiliário, que cresceu exponencialmente nos últimos 10 anos.

O fortalecimento rápido e intenso do capital imobiliário trouxe um alto preço a pagar aos trabalhadores urbanos. Os construtores investiram o dinheiro em terras e com a posse delas puderam remodelar a paisagem urbana em várias regiões. Com o aumento da infraestrutura nessas áreas, os trabalhadores não tiveram mais condições de pagar pelo local que moravam, dessa forma, cresceu o déficit habitacional, por conta do aumento descontrolado no valor dos aluguéis inclusive nas periferias urbanas.

Dentro das políticas habitacionais criadas para solucionar esse déficit está o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). "Pela primeira vez na política brasileira, se destinou tanto recurso orçamentário para subsidiar famílias para adquirirem a casa própria", afirmou a professora Lúcia Zanin Shimbo, professora de Arquitetura e Urbanismo da USP (Universidade de São Paulo) em entrevista para o site UOL.

O programa vem sendo bombardeado de indagações e pesquisas, que avaliam sua eficácia. Segundo os estudos de pesquisadores que elaboraram o livro "Minha Casa... E a Minha Cidade?" indicam que o programa não vem atuando com eficácia no combate ao déficit, porque a oferta de imóveis nem sempre atende a população mais carente, sendo pelo local escolhido pelas construtoras - que muitas vezes constroem em terras de menor custo imobiliário, situados em locais periféricos ou até mesmo rurais, o que dificulta o acesso das pessoas aos centros onde se encontram seus trabalhos e os equipamentos urbanos, como, hospitais, escolas, farmácias, entre outros - e também pelos custos das novas moradias. Agora, além do financiamento da casa própria os antigos moradores de assentamentos e ocupações passam a arcar com dívidas de condomínio, luz e água. Desta forma torna-se inviável a permanência destes nas novas moradias o que acarreta na venda destas unidades.

A partir desta perspectiva, observamos o MCMV como um programa revolucionário que no fim não conseguiu acabar com esse problema habitacional. Segundo militantes do MSTC e da FRU (Carta Capital, 30 de janeiro de 2014), "Mesmo 1 milhão de novas casas não é capaz de compensar as outras 2,5 milhões de famílias jogadas à própria sorte pela ofensiva do capital imobiliário."

Os movimentos sociais do centro que ocupam edifícios ociosos, têm como objetivo, tornar esses prédios localizados no centro, perto dos trabalhos e dos equipamentos urbanos, locais de moradia do MCMV, para assim terem a casa própria podendo pagar por ela por um preço justo e dentro dos seus limites.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à terra bem localizada não é "direito" apenas daqueles que possuem capital para tê-la, mas um direito de todos os cidadãos. Apesar de programas governamentais como o Minha Casa Minha Vida, tentarem diminuir o déficit habitacional, facilitando a compra da casa própria para famílias de baixa renda, as mudanças não são visíveis.

Por isso muitas famílias vem lutando junto de movimentos sociais, ocupando prédios centrais ociosos, articulando com o governo, para transformarem o centro da cidade um lugar para todos.

Contudo, uma parte do estado ainda julga preconceituosamente os participantes destes movimentos de luta por moradia, tornando esta, também, uma luta contra preconceitos.

Os movimentos sociais de luta por moradia, tanto no estado de São Paulo como em outros estados do Brasil, ainda precisam persistir no combate ao déficit habitacional aliados com políticas públicas efetivas, se articulando e mostrando a sua realidade para toda população. Talvez desta forma a questão fundiária, que é deixada de lado pelos nossos governantes, seja priorizada e de fato consigamos mudar a vida das pessoas que esperam pelo mínimo de uma vida digna, a casa própria.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Fernanda. **Vida em ocupação: a luta por moradia em São Paulo.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/32867/>. Acesso em: 01 nov. 2017.

PESSOA, Mariana L., OLIVEIRA, Ricardo Gadelha. **O Programa Minha Casa, Minha Vida e o déficit habitacional nos Coredes.** Disponível em: <http://carta.fee.tche.br/article/o-programa-minha-casa-minha-vida-e-o-deficit-habitacional-nos-coredes/>. Acesso em: 01 nov. 2017.

RAMALHOSO, Wellington. **Minha Casa, Minha Vida deu certo? Veja pontos positivos e negativos.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/06/19/minha-casa-minha-vida-deu-certo-veja-pontos-positivos-e-negativos.htm>. Acesso em: 02 nov. 2017

RIBEIRO, Ana Paula, BOULOS, Guilherme, SZERMETA, Natalia. **Como não fazer política urbana.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/como-nao-fazer-politica-urbana-3066.html>. Acesso em: 02 nov. 2017.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. **Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade.** Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/artigo_reginaferreira_isa.pdf>. Acesso em 30 out. 2017

AMORE, Caio Santo. SAMPAIO, Celso. HIGUCHI, Flávio. PEREIRA, Rafael Borges. **Hotel Cambridge: por que não é possível construir HIS no centro de São Paulo?** Disponível em: <https://observasp.wordpress.com/2015/06/24/hotel-cambridge-por-que-nao-e-possivel-construir-habitacao-de-interesse-social-no-centro-de-sao-paulo/>. Acesso em: 28 out. 2017.

NASCIMENTO, Raquel. **Movimentos de moradia: à luta por um espaço no centro.** 2013. 22 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Disponível em: <http://ofelia.com.br/_arquivos/files/TCCRaquel.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.

Relação atualizada das 24 ocupações. Disponível em: <http://www.portalflm.com.br/relacao-atualizada-das-20-Ocupacoes/>. Acesso em: 29 out. 2017.

ROLNIK, Raquel.**Um novo lugar para os velhos centros.** 2006. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2006/04/29/por-um-novo-lugar-para-os-velhos-centros/> . Acesso em: 27 out. 2017.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. **Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000200007>. Acesso em: 25 out. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** 1ª ed. São Paulo: Moraes, 1991.